

GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS

Estudo Técnico Preliminar 14/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: Posto de Combustível

2. Descrição da necessidade

A presente justificativa tem por finalidade subsidiar a instauração de processo licitatório, na modalidade Concorrência, visando execução de Serviço de Instalação e Adequação de Sistema de Abastecimento em Posto de Combustível do Grupamento de Apoio dos Afonsos. Organização Militar responsável por prover o apoio administrativo e logístico às unidades sediadas na Guarnição dos Afonsos.

O escopo do projeto contempla a implantação de quatro (04) novos tanques modulares de armazenamento de combustível e duas (02) novas bombas, dotados de sistemas de contenção secundária e monitoramento eletrônico, além da instalação de sistemas de segurança, drenagem, combate a incêndio, iluminação, sinalização e automação, em plena conformidade com as normas técnicas e ambientais vigentes.

A Divisão de Infraestrutura do GAP-AF realizou vistoria técnica detalhada nas instalações do atual posto de combustível, constatando diversas irregularidades estruturais, funcionais e de segurança, que comprometem tanto a continuidade das operações quanto a integridade ambiental e patrimonial da Organização. As principais não conformidades identificadas foram:

- Capacidade de armazenamento insuficiente, decorrente da obsolescência e do subdimensionamento dos tanques atualmente instalados;
- Histórico de vazamentos e infiltrações, demonstrando comprometimento da estanqueidade dos reservatórios;
- Ausência de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), em desconformidade com a ABNT NBR 5419:2015;
- Inexistência de canaletas de contenção e bacias de retenção, contrariando as exigências da Resolução CONAMA nº 273/2000;
- Iluminação insuficiente e sinalização precária, o que compromete a segurança operacional, especialmente no período noturno;
- Carência de equipamentos de combate a incêndio, em desacordo com a NBR 17505-1:2020, impossibilitando pronta resposta em caso de emergência;
- Sistema de abastecimento e controle obsoleto, sem integração eletrônica, dificultando o gerenciamento de estoques, o rastreamento do consumo e a prevenção de desvios.

Essas condições configuram risco elevado às operações logísticas, à segurança do efetivo e ao meio ambiente, especialmente diante da natureza inflamável e poluente dos produtos armazenados, tornando imperiosa a substituição integral do sistema atual.

O posto de combustível do GAP-AF constitui infraestrutura estratégica para o funcionamento das atividades logísticas da Guarnição dos Afonsos, sendo responsável pelo abastecimento de aproximadamente 173 viaturas oficiais, entre leves, pesadas e especiais.

1. GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS (GAP-AF)
2. BASE AÉREA DOS AFONSOS (BAAF)
3. GRUPAMENTO DE SEGURANÇA E DEFESA (GSD-AF)
4. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA (DIRAD)
5. COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA (CDA)
6. UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA (UNIFA)
7. ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA (EAOAR)
8. ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA (ECEMAR)
9. INSTITUTO DE MEDICINA AEROESPACIAL BRIGADEIRO MÉDICO ROBERTO TEIXEIRA (IMAE)
10. BASE DE RECEPÇÃO DE VETERANOS (BREVET)
11. MUSEU AEROESPACIAL (MUSAL)
12. INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA (IPA)
13. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA (CENDOC)
14. HOSPITAL DE AERONÁUTICA DOS AFONSOS (HAAF)
15. SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E PREPARO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO (SEREP-RJ)
16. PREFEITURA DE AERONÁUTICA DOS AFONSOS (PAAF)

Esse conjunto de unidades utiliza o combustível para atividades operacionais, administrativas, hospitalares, acadêmicas, de segurança e defesa, de modo que a paralisação ou falha no sistema de abastecimento impactaria diretamente a continuidade das missões da Guarnição e do próprio Comando da Aeronáutica.

A modernização proposta permitirá:

- Elevação dos padrões de segurança operacional e ambiental, com eliminação de riscos de incêndio e vazamento;
- Adequação integral às normas técnicas, garantindo conformidade legal e ambiental;
- Aumento da eficiência no controle e gestão de combustíveis, por meio da automação e integração eletrônica;
- Redução de custos operacionais e de manutenção, com sistemas modernos, de fácil monitoramento e alta durabilidade;
- Preservação do meio ambiente, mediante sistemas de contenção e drenagem devidamente projetados;
- Continuidade das atividades logísticas essenciais, assegurando o abastecimento das viaturas das OM apoiadas.

A modalidade “Concorrência” justifica-se por ser a mais adequada para obras de alta complexidade técnica, que envolvem a integração de sistemas civis, elétricos, hidráulicos, automatizados e ambientais.

Essa modalidade assegura, em observância ao art 5º da Lei 14.133 de 2021:

- A Ampla competitividade;
- Isonomia entre os licitantes;
- Transparência e publicidade dos atos administrativos;
- Seleção da proposta mais vantajosa à Administração, em atendimento aos princípios da eficiência e economicidade.

A contratação proposta está amparada nos seguintes princípios e diretrizes legais de acordo com os artigos 5º e 11º da Lei 14.133:

- Planejamento: processo precedido de diagnóstico técnico e vistoria in loco;
- Eficiência e Economicidade: racionalização dos custos e aumento da confiabilidade do sistema;
- Sustentabilidade: mitigação de impactos ambientais e prevenção de contaminações;
- Segurança: adoção de medidas preventivas e corretivas contra incêndios e vazamentos;
- Transparência e Competitividade: garantia de igualdade de condições e ampla participação de empresas qualificadas.

Diante das condições técnicas atuais, do risco operacional e ambiental constatado, e da importância estratégica do posto de combustível do GAP-AF para o abastecimento de aproximadamente 173 viaturas disponíveis das viaturas pertencentes às 16 (dezesseis) Organizações Militares apoiadas, conclui-se que a adequação e modernização das instalações são medidas urgentes e imprescindíveis para assegurar a continuidade e a segurança das atividades logísticas da Guarnição dos Afonsos.

Assim, a modalidade “Concorrência” mostra-se plenamente justificada, em razão do valor do investimento, da complexidade técnica e da relevância operacional do empreendimento, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública e a plena observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade.

Opina-se, portanto, favoravelmente à instauração do processo licitatório, na modalidade Concorrência, para a execução da obra de adequação e modernização do Posto de Combustível do GAP-AF.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA (DIE)	JÚLIO CÉSAR LOPES SIMÕES 2T QOCon CIV

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A futura contratada deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato e durante toda a sua vigência, a manutenção integral das condições de habilitação exigidas no certame, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, jurídica e econômico-financeira, mediante apresentação de Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com Efeitos de Negativa perante os órgãos competentes, bem como situação regular e ativa no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, observadas as disposições editalícias e regulamentares aplicáveis.

O objeto consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para execução do Serviço de Instalação e Adequação do Sistema de Abastecimento do Posto de Combustível do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), caracterizando-se como serviço de natureza não contínua, com prazos de execução e vigência previamente definidos no instrumento contratual.

A contratação será processada sob o regime de execução indireta, mediante empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando que a remuneração se dará com base nos quantitativos efetivamente executados e aferidos por medição, conforme planilha orçamentária integrante do Termo de Referência.

O objeto enquadra-se como Obra de Engenharia, conforme definição estabelecida no art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, por envolver intervenção técnica especializada em sistema de abastecimento de combustíveis, com exigência de responsabilidade técnica formal e observância de normas específicas de segurança, desempenho e controle ambiental.

Em razão da natureza técnica do objeto, será obrigatória a indicação de responsável técnico legalmente habilitado, com registro ativo no CREA ou CAU, conforme o disposto na Lei nº 5.194/1966 e na Lei nº 12.378/2010, devendo ser emitida a respectiva ART ou RRT antes do início da execução.

Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:

I – Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços com características técnicas compatíveis, similares ou superiores às do objeto licitado;

II – Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) emitida(s) pelo CREA e/ou CAU, vinculada(s) ao(s) respectivo(s) atestado(s), comprovando a responsabilidade técnica do profissional indicado;

III – Comprovação de vínculo do profissional responsável técnico com a empresa licitante, na forma admitida pela legislação vigente.

A execução contratual deverá observar rigorosamente:

a) O Termo de Referência, memorial descritivo, especificações técnicas, planilhas de quantitativos e preços unitários, cronograma físico-financeiro e demais documentos que compõem o processo administrativo;

b) A prevalência das condições verificadas in loco sobre eventuais divergências documentais, devendo a contratada comunicar formalmente à fiscalização qualquer inconsistência antes da execução;

c) A disponibilização de mão de obra qualificada, equipamentos adequados, ferramentas, insumos e materiais necessários à perfeita execução do objeto, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, conformidade técnica e atendimento às normas aplicáveis;

d) As normas técnicas e administrativas expedidas pelo Comando da Aeronáutica, notadamente NSCA 85-1, NSMA 85-7, ICA 12-23 e ICA 85-16, bem como a Instrução Normativa nº 5/2017, além das legislações federais, estaduais e municipais vigentes, inclusive normas ambientais e regulamentos das concessionárias de serviços públicos.

A contratada deverá cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU e na Instrução Normativa nº 01/2010, adotando medidas de controle ambiental, gestão adequada de resíduos, prevenção de contaminação do solo e mitigação de riscos inerentes à manipulação de sistemas de abastecimento de combustíveis.

O prazo de execução será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, observando-se o Cronograma Físico-Financeiro aprovado. Ao prazo de execução deverão ser acrescidos 15 (quinze) dias para recebimento provisório, 30 (trinta) dias para recebimento definitivo e 30 (trinta) dias para pagamento final, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, totalizando prazo global estimado de 195 (cento e noventa e cinco) dias.

A execução do objeto não implicará transferência de tecnologia, metodologia exclusiva ou know-how à Administração.

O licitante deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições técnicas, operacionais, administrativas e ambientais necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais, assumindo integral responsabilidade pela exequibilidade da proposta apresentada e pela fiel execução do objeto.

5. Levantamento de Mercado

Para a formação dos preços de referência para o fornecimento dos materiais e para a execução de Serviço de Instalação e Adequação de Sistema de Abastecimento em Posto de Combustível do Grupamento de Apoio dos Afonsos, utilizou-se como metodologia: os comandos contidos no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013. Os valores encontram-se apostos na Planilha Orçamentária, apêndice a este Estudo Técnico.

A composição dos preços de referência para a contratação foi realizada em conformidade com o Decreto nº 7.983 /2013, observando-se os seguintes critérios:

Utilização dos custos unitários do SINAPI, conforme região e especificações técnicas compatíveis;

Complementarmente, foram consultadas tabelas referenciais do setor, como Sicro3 e publicações da Caixa Econômica Federal, com registro comprobatório

6. Descrição da solução como um todo

Justifica-se a contratação de empresa de engenharia especializada, visando execução de Serviço de Instalação e Adequação de Sistema de Abastecimento em Posto de Combustível do Grupamento de Apoio dos Afonsos, a fim de atender às demandas existentes de abastecimento do Grupamento de Apoio dos Afonsos e Unidades Apoiadas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os cálculos detalhados e as justificativas de medição por item constam nos documentos técnicos que compõem a planilha orçamentária, conforme listado no parecer técnico. Tais documentos estão anexos ao Estudo Técnico Preliminar e poderão ser apresentados a qualquer tempo para fins de comprovação da metodologia adotada.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 740.941,81

O Valor estimado para a contratação em tela, é de R\$ 740.941,81 (Setecentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A execução dos serviços necessita de instalação continuada e única, já que há dependência entre as disciplinas que compõem o projeto, impossibilitando, em caso de fracionamento do objeto, a parametrização, ajustes e o comissionamento destas.

Desta forma, com base no princípio da Economicidade, em especial na obtenção de economia de escala resultante da possibilidade de execução de ambos os serviços por empresa única, recomenda-se que o processo licitatório para o referido projeto, seja apresentado sem o fracionamento da Especificação.

Portanto o parcelamento não será adotado por esta Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas, complementares e/ou interdependentes em curso ou planejadas, no âmbito do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), que guardem relação direta ou indireta com o objeto pretendido.

Registra-se, ainda, que a presente contratação possui caráter autônomo, não dependendo de outros ajustes administrativos para sua viabilidade técnica, operacional ou funcional, tampouco gerando vínculo de interdependência com contratos vigentes ou futuros no âmbito desta Organização Militar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas no Termo de Referência

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atender integralmente (100%) à demanda operacional existente no Posto de Combustível, garantindo a continuidade das atividades logísticas e assegurando o pleno cumprimento da missão institucional do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF).

A contratação visa assegurar a adequada funcionalidade do sistema de abastecimento, promovendo eficiência operacional, confiabilidade da infraestrutura instalada e conformidade com os princípios da eficiência, transparência, economicidade e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas pela Administração para a contratação em tela.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio- SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Licitação sustentável é a licitação que integra considerações socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis). 6a. Ed. DF: 2023).

O TCU possui acórdão tratando de sustentabilidade nas contratações:

[...] louvável a preocupação dos gestores em contratar empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais deve se dar paulatinamente, de forma que os agentes do mercado possam se adaptar a Caso contrário, estar-se-ia essas novas exigências antes delas vigorarem plenamente. criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos. (TCU.PROC. No. 003.405 /2010–9. MIN. REL. BENJAMIN ZYMLER. DJ: 24/02 /20102).

A empresa contratada deverá comprovar que o(s) bem(ns) atende(m) aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edita.

Para TODOS os itens relacionados na Planilha Orçamentária levantada pela equipe técnica, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15 de março 2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante ou comerciante (dependendo do enquadramento na tabela do Anexo I) esteja com o registro válido junto ao CTF (Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais), instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

- lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado; e
- queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida e acima detalhada nos Estudos Preliminares, a contratação da execução de Serviço de Instalação e Adequação de Sistema de Abastecimento em Posto de Combustível do Grupamento de Apoio dos Afonsos, mostra- se viável em termos de disponibilidade do mercado, necessidades apresentadas e escolha do tipo de solução a contratar e considerando as memórias de cálculo e documentos que lhe dão suporte, bem como, a estimativa de preços e preços referenciais, não sendo possível identificar óbices ao prosseguimento da presente contratação no formato indicado.

Considerando o atendimento ao disposto § 1º do Art. 18 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e, diante dos motivos elencados, nos Estudos Preliminares, fica clara a viabilidade da contratação dos serviços em apreço.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Comissão de Planejamento para confecção de Processos de Serviço de Engenharia do GAP-AF.

JULIO CESAR LOPES SIMOES

Membro da comissão de contratação

Despacho: Comissão de Planejamento para confecção de Processos de Serviço de Engenharia do GAP-AF.

VINICIUS SANTOS DA SILVA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Comissão de Planejamento para confecção de Processos de Serviço de Engenharia do GAP-AF.

RENAN DE CASTRO MARTINS

Membro da comissão de contratação

Despacho: Comissão de Planejamento para confecção de Processos de Serviço de Engenharia do GAP-AF.

HELBER RICARDO SOUZA DA SILVA

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP_120623-000162-2025
Data/Hora de Criação:	24/02/2026 19:05:22
Páginas do Documento:	6
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	7
Hash MD5:	0bf5ef3b5355c76de95336c5bc283716
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten JÚLIO CÉSAR LOPES SIMÕES no dia 24/02/2026 às 17:08:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento RENAN DE CASTRO MARTINS no dia 24/02/2026 às 17:19:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento HELBER RICARDO SOUZA DA SILVA no dia 24/02/2026 às 17:21:24 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten VINICIUS SANTOS DA SILVA no dia 24/02/2026 às 18:44:16 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento DANIELLE LOPES ROQUE no dia 25/02/2026 às 15:07:40 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDUARDO JÚNIOR DA SILVA MARQUES no dia 25/02/2026 às 16:12:43 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int HORACIO FERNANDO PINTO no dia 04/03/2026 às 08:57:02 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO